

Bernardo Gonçalves Fernandes

Curso de  
**DIREITO**  
**CONSTITUCIONAL**

**15<sup>a</sup>**  
**Edição**

---

revista  
atualizada  
ampliada

2023



www.editorajuspodivm.com.br

1232316

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Ana Paula Lopes Corrêa ([aninha\\_lopescorrea@hotmail.com](mailto:aninha_lopescorrea@hotmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

F363c Fernandes, Bernardo Gonçalves .  
Curso de Direito Constitucional / Bernardo Gonçalves Fernandes – 15.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.

1.712 p. (Coleção Cursos)

Inclui Bibliografia  
ISBN: 978-85-442-4308-4

1. Direito Constitucional. I. Fernandes, Bernardo Gonçalves. II. Título.

CDD 341.2

BIBLIOTECÁRIO RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# Sumário

## PARTE 1 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

### 1

#### CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES

1.	O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial.....	25	gente e o constitucionalismo moralmente reflexivo.....	54	
2.	Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....	26	7.2.	A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann .....	56
2.1.	A Constituição material e o seu sentido jurídico-normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do século XVII. A definição de Constitucionalismo.....	27	7.3.	A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas .....	57
2.2.	O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito.....	29	7.4.	O Constitucionalismo Abusivo de David Landau.....	59
2.3.	Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?.....	29	7.5.	A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público .....	60
2.4.	A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência! .....	30	7.6.	A força normativa da Constituição e a Constituição aberta de Konrad Hesse .....	62
2.5.	Última digressão: o que é mesmo a Constituição formal? A definição de supralegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX .....	30	7.7.	A Constituição simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo).....	63
3.	Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria .....	31	7.8.	O conceito pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio.....	68
4.	Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löwenstein .....	38	7.9.	O (novo) Constitucionalismo plurinacional da América Latina e a sua ruptura paradigmática .....	69
5.	Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; e o entendimento sobre a denominação intitulada de Neoconstitucionalismo.....	39	7.10.	O Constitucionalismo Feminista e suas Perspectivas Globais .....	71
6.	Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítico-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito .....	47	8.	Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso da Silva.....	75
7.	Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos .....	51	9.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos.....	78
7.1.	A Constituição dirigente de J. J. Gomes Cantilho: o debate sobre a constituição diri-		10.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz.....	79
			11.	Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso.....	79
			12.	Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida.....	80
			13.	Estrutura e Elementos das Constituições .....	80

### 2

#### PODER CONSTITUINTE

1.	Introdução .....	83
1.1.	Um conceito preliminar de Poder Constituinte.....	83
1.2.	Revelar, dizer ou criar uma Constituição?.....	83
2.	Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual .....	85
3.	Poder Constituinte Originário.....	85
3.1.	Conceito e natureza jurídica .....	85
3.2.	Classificação .....	87
3.3.	Características do Poder Constituinte Originário .....	87

3.4.	Titularidade do Poder Constituinte Originário.....	89	2.3.2.	Ronald Dworkin e a Teoria da Integridade .....	136
3.5.	Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos .....	91	2.3.3.	John Hart Ely e sua concepção procedimental de democracia.....	138
3.6.	Dinâmica constitucional.....	91	2.3.4.	Cass R. Sunstein: minimalismo judicial e as personas constitucionais.....	139
4.	Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações.....	94	2.3.5.	Adrian Vermeule e a virada institucional.....	144
4.1.	Análise específica do Poder Constituinte derivado de revisão da Constituição .....	96	2.3.6.	Mark Tushnet e o Constitucionalismo popular .....	146
4.2.	Análise específica do Poder Constituinte derivado de reforma via emendas .....	96	2.3.7.	Barry Friedman e o constitucionalismo popular mediado: levando a Constituição para além das Cortes ....	147
5.	Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações.....	103	2.3.8.	O Constitucionalismo Democrático da Escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel. A análise do efeito Backlash.....	151
6.	Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte .....	105	2.3.9.	Jeremy Waldron e sua crítica ao judicial review .....	161
			2.3.10.	Laurence Tribe: Constitutional choices.....	164
			2.3.11.	Richard Posner: a análise econômica do direito e o movimento antiteórico.....	165
			2.3.12.	Michael Sandel e sua Filosofia Política: Justice.....	168

## 3

### HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

1.	Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica .....	111	2.4.	A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade.....	171
1.1.	Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação.....	111	2.4.1.	Considerações iniciais.....	171
1.2.	O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico .....	112	2.4.2.	Princípios e regras .....	172
1.2.1.	A Hermenêutica clássica.....	112	2.4.3.	A Teoria dos princípios de Humberto Ávila e suas contribuições para a derrotabilidade .....	175
1.2.2.	A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico.....	115	2.4.4.	Proporcionalidade x Razoabilidade ....	178
1.3.	A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social).....	118	2.4.5.	A estrutura “racional” da proporcionalidade .....	179
1.3.1.	Uma disputa inicial: voluntas legislatoris x voluntas legis .....	118	2.4.6.	A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito) .....	182
1.3.2.	Os métodos clássicos de interpretação.....	119	2.4.7.	A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas.....	184
1.3.3.	A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen.....	121	2.4.8.	A Hermenêutica Jurídica na Doutrina pátria: as contribuições de Lenio Streck em “Verdade e Consenso” .....	186
1.3.4.	O Positivismo jurídico atual: Positivismo Exclusivista e Inclusivista e o Não Positivismo .....	123	2.4.9.	Uma Análise do Ativismo judicial e da Judicialização da Política: delimitando as diferenças .....	190
2.	A Hermenêutica Constitucional.....	126	2.4.9.1.	Premissas iniciais: Introdução.....	190
2.1.	A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional .....	126	2.4.9.2.	Ativismo Judicial: conceito técnico-jurídico.....	193
2.2.	Métodos de interpretação constitucional .....	131			
2.3.	O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas: R. Dworkin, J. H. Ely, C. Sunstein, A. Vermeule, M. Tushnet, B. Friedman, Robert Post e Reva Siegel, J. Waldron, L. Tribe, R. Posner e M. Sandel .....	135			
2.3.1.	Introdução.....	135			

2.4.9.3. Da Judicialização da Política ao Ativismo Judicial. Diferenças conceituais conforme nosso marco teórico .....	194
2.4.10. Apontamentos sobre os Modelos de Comportamento Judicial .....	196

## 4

**HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS**

1. Introdução: advertência .....	201
2. Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo .....	201
3. A Constituição do Império de 1824 .....	201
4. A Constituição da República de 1891 .....	203
5. A Constituição de 1934 .....	206
6. A Constituição de 1937 .....	208
7. A Constituição de 1946 .....	210
8. A Constituição de 1967 .....	212
9. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69) .....	214
10. A Constituição de 1988 .....	214

**PARTE 2****DIREITO CONSTITUCIONAL**

## 5

**PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES) DA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

1. Introdução .....	221
2. A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo .....	221
3. Classificação dos Princípios Estruturantes .....	224
4. Princípio Republicano .....	224
5. Princípio do Estado Democrático de Direito .....	225
5.1. Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia .....	225
5.2. Estado de Direito .....	226
5.3. Democracia .....	227
6. Princípio Federativo .....	229
7. Princípio da Separação de Poderes .....	230
8. Fundamentos do Estado brasileiro .....	236
8.1. Introdução .....	236
8.2. Soberania .....	236
8.3. Cidadania .....	237
8.4. Dignidade Humana .....	237
8.5. Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa .....	242
8.6. Pluralismo Político .....	244

9. Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88 .....	244
10. Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais .....	246

## 6

**TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

1. O que são direitos fundamentais? .....	249
1.1. Introdução: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais .....	249
1.2. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais .....	251
1.3. Classificação dos direitos fundamentais: constitucional-literal .....	252
1.4. Classificação dos direitos fundamentais: Gerações de direitos fundamentais .....	253
1.5. Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória .....	257
1.6. Direitos Fundamentais como direitos de defesa .....	259
1.7. Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos .....	259
1.8. Direitos Fundamentais como garantias positivas para o exercício das liberdades .....	260
1.9. Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais .....	261
1.10. Deveres Fundamentais .....	262
2. Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores? .....	264
3. Características dos direitos fundamentais .....	264
4. Titulares dos direitos fundamentais .....	267
5. Vinculação dos Poderes Públicos .....	268
6. Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites .....	269
7. Suporte fático dos direitos fundamentais .....	272
7.1. Elementos do suporte fático .....	272
7.1.1. Suporte fático, âmbito de proteção e intervenção nas diferentes espécies de normas de direitos fundamentais .....	273
7.1.2. A crítica de Virgílio Afonso da Silva: o elemento da ausência de fundamentação constitucional .....	274
7.2. Espécies de suporte fático .....	274
8. Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica a elas .....	277
9. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal .....	280
10. Direitos Humanos .....	286
10.1. Histórico dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva clássica .....	286
10.2. Etapa de Conversão em Direito Positivo .....	286
10.3. Etapa de Generalização .....	287
10.4. Etapa de Internacionalização .....	287

10.4.1.	Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos.....	288	5.3.	Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição.....	413
10.5.	Universalismo, Relativismo (cultural) e Multiculturalismo.....	292	5.3.1.	Servidão .....	413
10.5.1.	Introdução.....	292	5.3.2.	Desapropriação.....	414
10.5.2.	Alcance e aplicabilidade dos direitos humanos: universalismo e relativismo cultural.....	293	5.3.3.	Requisição.....	417
10.5.3.	Diferentes correntes do universalismo e do relativismo cultural .....	294	5.4.	Proteção constitucional ao bem de família ...	418
10.5.4.	Críticas à dicotomia entre o universalismo e o relativismo: multiculturalismo .....	295	6.	Direito à privacidade, direito à intimidade, direito à imagem e direito à proteção de dados pessoais .....	419
10.5.5.	Integridade Transnacional dos Direitos Humanos.....	296	7.	Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina.....	426
10.5.6.	Considerações finais .....	298	8.	A inviolabilidade do domicílio.....	438
11.	Justiça de transição .....	298	9.	Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada.....	442
11.1.	Introdução .....	298	10.	O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos.....	454
11.2.	Conceito e Características .....	299	10.1.	Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Juiz Natural, Acesso à Justiça e Duração Razoável do Processo.....	454
11.3.	Elementos da Justiça de Transição .....	300	10.2.	Presunção da Inocência e sua análise jurisprudencial.....	462
11.3.1.	Justiça .....	300	10.3.	Garantias Constitucionais de cunho Penal e Processual Penal à luz da Dignidade da pessoa Humana.....	486
11.3.2.	Verdade e Memória.....	301	10.4.	Juiz das Garantias e o Pacote anticrime da Lei nº13.964 de 24.12.2019 .....	502
11.3.3.	Reparação das vítimas e de suas famílias.....	303	10.5.	Tribunal do Júri na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional .....	508
11.3.4.	A Justiça de Transição no Brasil .....	304	11.	Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas .....	517
12.	Direito dos animais.....	305	12.	colaboração premiada e seus reflexos no STF .....	523
13.	Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	311	13.	Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição .....	535

## 7

**DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

1.	Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais.....	319
2.	Vida.....	323
3.	Liberdade .....	335
3.1.	Liberdade de ação.....	336
3.2.	Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão .....	336
3.3.	Liberdade de Consciência e Liberdade de crença .....	363
3.3.1.	Liberdade de Consciência .....	363
3.3.2.	Liberdade Religiosa e Liberdade de crença.....	367
3.4.	Liberdade de locomoção .....	380
3.5.	Liberdade de profissão .....	381
3.6.	Liberdade de reunião .....	385
3.7.	Liberdade de associação.....	388
4.	Igualdade.....	392
5.	Propriedade .....	410
5.1.	Conceito de propriedade .....	410
5.2.	Função Social da propriedade.....	413

## 8

**AÇÕES CONSTITUCIONAIS**

1.	Mandado de segurança .....	549
1.1.	Conceito.....	549
1.2.	Requisitos do Mandado de Segurança.....	550
1.3.	Espécies de Mandados de Segurança.....	552
1.4.	Direito Líquido e Certo.....	552
1.5.	Cabimento .....	553
1.6.	Legitimidade do Mandado de Segurança.....	559
1.7.	Competência no Mandado de Segurança.....	563
1.8.	Procedimento.....	565
1.9.	Decisão, Efeitos e Recursos Possíveis.....	571

1.10.	Prazo do Mandado de Segurança .....	575	7.2.	Conceito e Natureza Jurídica .....	637
2.	Mandado de Segurança Coletivo .....	577	7.3.	Hipóteses de Cabimento .....	638
2.1.	Conceito .....	577	7.3.1.	Para preservar a competência do Tribunal .....	638
2.2.	Finalidades .....	578	7.3.2.	Para garantir a autoridade de decisão do Tribunal .....	639
2.3.	Legitimidade do Mandado de Segurança Coletivo .....	578	7.3.3.	Para Garantir a Observância de Súmulas Vinculantes do STF .....	640
2.4.	Procedimento .....	581	7.3.4.	Para garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade .....	640
2.5.	Decisão e Seus Efeitos .....	581	7.3.5.	Para garantir a observância ao precedente proferido em julgamento de resolução de demandas repetitivas e ao precedente proferido em incidente de assunção de competência .....	641
3.	Mandado de injunção .....	584	7.3.6.	Reclamação proposta contra decisão que tenha descumprido tese fixada pelo STF em recurso extraordinário julgado sob o rito da repercussão geral .....	642
3.1.	Conceito e Antecedentes Históricos .....	584	7.4.	Da Legitimidade .....	643
3.2.	Finalidades .....	585	7.5.	Do Procedimento .....	645
3.3.	Espécies de Mandado de Injunção .....	585			
3.4.	Requisitos .....	585			
3.5.	Legitimidade .....	587			
3.6.	Competência .....	588			
3.7.	Procedimento .....	589			
3.8.	Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção .....	590			
3.9.	Considerações Finais .....	597			
4.	<i>Habeas Data</i> .....	599			
4.1.	Conceito .....	599			
4.2.	Cabimento .....	600			
4.3.	Legitimidade .....	600			
4.4.	Competência .....	602			
4.5.	Procedimento .....	602			
4.6.	Decisão .....	603			
4.7.	Considerações finais .....	604			
5.	Ação Popular .....	605			
5.1.	Antecedentes Históricos .....	605			
5.2.	Conceito .....	605			
5.3.	Requisitos da Ação Popular .....	606			
5.4.	Legitimidade .....	606			
5.5.	Procedimento .....	608			
5.6.	Competência .....	609			
5.7.	Decisão na Ação Popular .....	610			
5.8.	Considerações finais .....	610			
6.	<i>Habeas corpus</i> .....	611			
6.1.	Origem do <i>habeas corpus</i> , a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico) .....	611			
6.2.	Conceito e natureza jurídica do instituto .....	613			
6.3.	Algumas características da ação de <i>habeas corpus</i> .....	613			
6.4.	Espécies de <i>habeas corpus</i> .....	614			
6.5.	Cabimento do <i>habeas corpus</i> .....	616			
6.6.	Legitimidade ativa e passiva .....	621			
6.7.	Competência .....	622			
6.8.	Procedimento, decisão e recursos cabíveis .....	624			
6.9.	Considerações finais .....	625			
7.	Reclamação .....	636			
7.1.	Introdução .....	636			

**DOS DIREITOS SOCIAIS**

1.	Introdução .....	647
1.1.	Conceito e desenvolvimento – perspectiva histórica .....	647
2.	Os Direitos Sociais: características, vincutatividade e delimitação constitucional: Das normas programáticas aos direitos subjetivos <i>prima facie</i> .....	648
3.	A ideia de um “mínimo existencial” .....	650
4.	A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais .....	651
5.	Princípio da Proibição (vedação) do Retrocesso .....	657
6.	Classificação dos Direitos Sociais .....	659
7.	Direitos Sociais do Trabalhador .....	660
8.	Direitos Sociais da Seguridade Social .....	677
8.1.	Direito à Saúde .....	677
8.2.	Direito à Previdência Social .....	679
8.3.	Direito à Assistência Social .....	679
9.	Direitos Sociais à Educação e à Cultura .....	680
9.1.	Direito à Educação .....	680
9.2.	Direito à Cultura .....	681
10.	Direitos relativos à moradia .....	682
11.	Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado .....	682
12.	Direitos Sociais da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso .....	683

## 10

**DIREITOS DA NACIONALIDADE**

1. Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão .....	685
2. Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade .....	685
3. Espécies de nacionalidade .....	685
4. Critério de aquisição da nacionalidade primária .....	685
5. Critério de aquisição da nacionalidade secundária .....	686
6. Análise específica do Brasil .....	686
6.1. Nacionalidade primária .....	686
6.2. Nacionalidade secundária .....	688
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados .....	692
8. Perda do direito de nacionalidade .....	693
9. Reflexões sobre a lei de migração (Lei nº 13.445/2017). Extradicação, transferência de execução de pena e de pessoa condenada. Das medidas de retirada compulsória: expulsão, deportação e repatriação. Asilo político e refúgio .....	697
9.1. A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) .....	697
9.2. Extradicação .....	699
9.2.1. Conceito de extradicação .....	699
9.2.2. Espécies de extradicação .....	699
9.2.3. Procedimento para a extradicação e decisão sobre ela .....	700
9.2.4. Requisitos para a extradicação .....	703
9.3. Transferência de Execução de Pena e da Pessoa Condenada .....	714
9.4. Das Medidas de Retirada Compulsória .....	716
9.4.1. Expulsão .....	716
9.4.2. Deportação .....	719
9.4.3. Repatriação .....	720
9.5. Asilo Político e Refúgio .....	720

## 11

**DIREITOS POLÍTICOS**

1. Conceito .....	725
2. Espécies .....	725
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos .....	731
3.1. Conceito de Sufrágio .....	731
3.2. Espécies de Sufrágio .....	732
3.3. Digressões sobre o voto .....	732
4. Sistemas eleitorais .....	734
5. Direitos políticos positivos .....	739
6. Direitos políticos negativos .....	744
7. Inelegibilidades: absolutas e relativas .....	744
8. Perda ou suspensão dos direitos políticos .....	767
9. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral .....	770
10. Dos partidos políticos .....	772
10.1. As federações de partidos .....	783

10.2. Financiamento de campanha. Financiamento de campanha das mulheres. Acesso ao rádio e à televisão. Debates eleitorais. Fidelidade partidária e extinção do mandato .....	787
10.2.1. Financiamento de Campanha .....	787
10.2.2. Financiamento de Campanha das Mulheres (Lei nº13.165/2015 e o entendimento do STF) .....	799
10.2.3. Acesso ao Rádio e à Televisão (Direito de Antena) .....	802
10.2.4. Debates Eleitorais .....	807
10.2.5. Fidelidade Partidária e a Extinção dos Mandatos .....	808
11. Vacância de cargos políticos no sistema majoritário .....	815

## 12

**ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

1. Introdução .....	819
2. Espécies ou tipos de formas de Estado .....	819
3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição: Antecedentes históricos do federalismo no Brasil. Estrutura do nosso atual federalismo. a posição da União e a questão da inexistência de hierarquia entre os entes federativos. O conceito de Autonomia dos entes federativos e suas capacidades .....	822
4. Técnicas de repartição de competências .....	830
5. Análise da repartição de competências na constituição de 1988 .....	831
6. Considerações finais sobre a organização do estado: princípio da simetria. Regiões administrativas ou de desenvolvimento. Bens da união. Bens dos estados. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Homogeneidade federativa. Análise dos territórios. Complementações sobre o distrito federal. Criação de novos estados. Criação de novos municípios .....	920

## 13

**DA INTERVENÇÃO FEDERAL**

1. Princípios que regem a intervenção federal .....	937
1.1. Princípio da excepcionalidade .....	937
1.2. Princípio da Taxatividade .....	938
1.3. Princípio da temporalidade .....	938
2. Conceito .....	938
3. Procedimentos .....	938
4. Intervenção Estadual .....	942
5. A recente intervenção federal no estado do Rio de Janeiro .....	944

## 14

**PODER LEGISLATIVO**

1. Funções .....	949
------------------	-----



1.1.	Funções típicas.....	949	4.4.	Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória.....	1050
1.2.	Funções atípicas.....	949	4.4.1.	Conceito de iniciativa.....	1050
2.	Composição e atribuições.....	949	4.4.2.	Espécies de iniciativa.....	1050
2.1.	Comentários sobre o Teto Remuneratório: um histórico recente.....	955	4.4.3.	Observações finais sobre a fase de iniciativa.....	1051
3.	Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo.....	962	5.	Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária.....	1056
3.1.	Funcionamento.....	962	6.	Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares.....	1064
3.1.1.	Legislatura.....	962	6.1.	Leis Complementares: Conceito.....	1064
3.1.2.	Sessão legislativa ordinária (sessão legislativa).....	962	6.2.	Procedimento para elaboração de leis complementares.....	1064
3.1.2.1.	Exceções.....	962	7.	Processos Legislativos Especiais – Leis Delegadas.....	1067
3.1.3.	Período legislativo.....	963	7.1.	Leis Delegadas: Conceito.....	1067
3.1.4.	Sessão preparatória.....	963	7.2.	Procedimentos.....	1067
3.1.5.	Sessão ordinária.....	963	8.	Medidas Provisórias.....	1068
3.1.6.	Sessão extraordinária.....	964	8.1.	Conceito.....	1068
3.1.7.	Sessão legislativa extraordinária.....	964	8.2.	Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88.....	1069
3.1.8.	Sobre os Quóruns.....	965	8.3.	Procedimentos de tramitação de uma MP....	1073
3.2.	Estrutura das Casas legislativas.....	966	8.3.1.	Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas.....	1073
3.2.1.	Mesas das Casas. O que são as mesas?.....	966	8.3.2.	Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	1073
3.2.2.	Comissões.....	971	8.4.	Observações Finais sobre as medidas provisórias.....	1078
4.	Estatuto dos Congressistas.....	981	9.	Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais.....	1084
4.1.	Conceito.....	981	9.1.	Conceito.....	1084
4.2.	Análise.....	981	9.2.	Procedimento.....	1084
4.3.	Imunidade Material.....	981	10.	Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções.....	1088
4.4.	Imunidade Formal.....	987	10.1.	Conceito geral.....	1088
4.5.	Outras Imunidades dos Parlamentares.....	1012	10.2.	Conceito de Decreto Legislativo.....	1088
4.6.	Impedimentos e vedações dos Parlamentares. Perda de mandato dos Parlamentares e Temas Conexos. Caso do Mensalão (AP nº 470).....	1014	10.3.	Procedimento do Decreto Legislativo.....	1088
5.	Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas: Tribunal de Contas da união. Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios. Tribunais de Contas do Município.....	1027	10.4.	Conceito de Resoluções.....	1088
			10.5.	Procedimento das Resoluções.....	1089

## 15

**PROCESSO LEGISLATIVO**

1.	Conceito.....	1047
1.1.	Conceito jurídico.....	1047
1.2.	Conceito sociológico.....	1047
2.	Espécies Normativas Primárias.....	1047
3.	Tipos de processo legislativo.....	1047
3.1.	No que diz respeito à organização política.....	1047
3.2.	No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico.....	1048
4.	Fases do processo legislativo.....	1049
4.1.	Fase introdutória (de iniciativa).....	1049
4.2.	Fase constitutiva.....	1049
4.3.	Fase complementar (integração de eficácia).....	1050

## 16

**PODER EXECUTIVO**

1.	Introdução.....	1091
2.	Funções.....	1091
2.1.	Função típica do Poder Executivo.....	1091
2.2.	Funções atípicas do Poder Executivo.....	1091
3.	Sistema de governo: Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo.....	1091
3.1.	Conceito.....	1091
3.2.	Principais espécies.....	1092
4.	Reflexões sobre o Presidencialismo de Coalizão.....	1094
4.1.	Introdução: Heterogeneidade, Dilema Institucional e Presidencialismo de Coalizão.....	1094
4.2.	A Dinâmica do Presidencialismo de Coalizão: Eixo Partidário-Parlamentar, Eixo	

Regional e Índices de Fracionamento Governamental. As considerações acerca do presidencialismo de coalizão em relação ao atual momento político brasileiro .....	1095	5.4.2. Conceito.....	1235
4.3. Considerações Finais.....	1098	5.4.3. Fundamentos do Respeito aos Precedentes: Segurança Jurídica.....	1236
5. Estrutura do Poder Executivo .....	1099	5.4.4. Eficácia Jurídica e Efeitos dos Precedentes.....	1237
5.1. Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1099	5.4.5. Deveres Gerais dos Tribunais relacionados aos precedentes .....	1242
5.2. Reflexões sobre o Indulto Individual (graça) concedida pelo Presidente da República ao Deputado Daniel Silveira.....	1111	5.4.5.1. Algumas Reflexões Críticas.....	1244
5.3. Vice-Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1119	5.4.6. A dinâmica da aplicação dos precedentes .....	1245
5.4. Ministros de Estado: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1119	5.4.6.1. Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i> ....	1245
5.5. Conselho da República e Conselho da Defesa .....	1124	5.4.6.2. <i>Overruling</i> .....	1246
6. Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República.....	1124	5.4.7. Algumas considerações críticas quanto à teoria dos precedentes no novo CPC/2015.....	1247
6.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República.....	1125	5.5. Superior Tribunal de Justiça.....	1249
6.1.1. Conceito.....	1125	5.6. Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho .....	1256
6.1.2. Procedimento.....	1126	5.7. Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral.....	1262
6.1.3. Crime de responsabilidade do Vice-Presidente da República .....	1143	5.8. Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar.....	1264
6.2. Crimes Comuns do Presidente da República.....	1144	5.9. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito .....	1268
6.2.1. Conceito .....	1144	5.10. Considerações Finais sobre o Poder Judiciário .....	1281
6.2.2. Procedimento.....	1144	5.10.1. Justiça de Paz.....	1281
6.3. Crimes dos Governadores de Estado e dos Prefeitos.....	1147	5.10.2. Quinto Constitucional .....	1282
		5.10.3. Juizados Especiais.....	1284

## 17

**PODER JUDICIÁRIO**

1. Funções do Poder Judiciário .....	1153	6. Precatórios .....	1286
2. Órgãos do Poder Judiciário: introdução.....	1154	6.1. Emenda Constitucional nº 62/2009 e o entendimento do STF.....	1297
2.1. Análise do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	1154	6.2. Emenda Constitucional nº 94/2016, Emenda Constitucional nº 99/2017, Emenda Constitucional nº 109/2021, Emenda Constitucional nº 113/2021 e Emenda Constitucional nº 114/2021 .....	1301
3. Garantias .....	1171	6.3. A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios.....	1306
3.1. Garantias Institucionais .....	1171	6.4. A questão da constitucionalidade do art. 86 do ADCT inserido pela Emenda Constitucional nº 37/2002 .....	1307
3.2. Garantias dos membros .....	1174		
3.2.1. A vitaliciedade .....	1174		
3.2.2. Inamovibilidade .....	1175		
3.2.3. A irredutibilidade dos subsídios .....	1176		
4. Observações importantes sobre o Poder Judiciário ..	1178		
5. Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário .....	1185		
5.1. Supremo Tribunal Federal .....	1186		
5.2. Uma pequena Reflexão Crítica: <i>quis custodiet ipsos custodes?</i> .....	1221		
5.3. Súmulas Vinculantes .....	1225		
5.4. A Teoria dos Precedentes no novo CPC de 2015 .....	1234		
5.4.1. Introdução.....	1234		

## 18

**FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**

1. Ministério Público .....	1309
2. Advocacia pública.....	1339
3. Advocacia.....	1347
4. Defensoria pública.....	1356

## DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Introdução: Finalidade das Medidas.....	1377	6.3. Algumas observações finais sobre o controle difuso in concreto: Reinterpretação e modificação de decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade, Modulação de efeitos no juízo de não recepção, Quórum no juízo de não recepção, e a Questão do Controle difuso via Ação Civil Pública.....	1442
2. Princípios Norteadores .....	1378	6.4. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade .....	1445
3. Estado de Defesa .....	1379	6.4.1. Conceito.....	1445
3.1. Conceito e Hipóteses.....	1379	6.4.2. Parâmetro e Objeto da ADI .....	1445
3.2. Hipóteses.....	1379	6.4.3. Legitimidade .....	1458
3.2.1. Requisitos para a Decretação.....	1379	6.4.4. Procedimento da ADI.....	1462
3.3. Procedimento .....	1379	6.4.5. Julgamento da ADI.....	1470
3.4. Prazo .....	1379	6.4.6. Algumas observações finais sobre a ADI.....	1484
3.5. Abrangência.....	1380	6.5. Procedimento da medida cautelar.....	1490
3.6. Controle .....	1380	6.6. Procedimento especial (diferenciado) na ADI.....	1491
3.7. Restrições de Direitos.....	1380	6.7. ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	1492
4. Estado de Sítio.....	1381	6.7.1. Conceito.....	1492
4.1. Conceito.....	1381	6.7.2. Objeto.....	1492
4.2. Hipóteses.....	1381	6.7.3. Finalidade da ADC.....	1492
4.3. Procedimento .....	1381	6.7.4. Legitimidade .....	1492
4.4. Prazo.....	1381	6.7.5. Procedimento.....	1493
4.5. Abrangência.....	1382	6.7.6. Julgamento da ADC.....	1494
4.6. Controle .....	1382	6.7.7. Efeitos da decisão da ADC.....	1494
4.7. Restrições .....	1382	6.7.8. Observações finais sobre a ADC.....	1494
5. Forças Armadas.....	1383	7. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) .....	1495
6. Segurança Pública.....	1386	7.1. Conceito.....	1495
6.1. Polícias da União .....	1388	7.2. Objeto.....	1495
6.2. Polícias dos Estados.....	1388	7.3. Legitimidade.....	1496
6.3. Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital .....	1390	7.4. Espécies de ADI por omissão (ADO).....	1496
6.4. Considerações importantes sobre as Polícias civis e Militares.....	1390	7.5. Procedimento .....	1497
6.5. Polícia do Distrito Federal.....	1402	7.5.1. Procedimento da ADI por omissão total.....	1497
6.6. Polícia dos Municípios.....	1402	7.5.2. Procedimento da ADI por omissão parcial.....	1498
6.7. Segurança Viária.....	1405	7.6. Julgamento da ADI por omissão total ou parcial.....	1498

## CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Conceito.....	1407	7.7. Observações finais sobre a ADI por omissão (ADO).....	1502
2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade .....	1408	8. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interventiva) .....	1504
3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade.....	1414	8.1. Conceito.....	1504
4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções (outros controles) .....	1419	8.2. Finalidades.....	1504
5. Notas históricas sobre o controle de constitucionalidade judicial .....	1423	8.3. Objeto.....	1504
6. Análise específica da Regra Geral .....	1426	8.4. Legitimidade ativa .....	1504
6.1. Controle difuso-concreto no Brasil: Procedimento.....	1426		
6.2. Controle difuso-concreto no Brasil: Efeitos e a análise da tese da mutação constitucional .....	1431		

8.5.	Procedimento.....	1504	13.2.	Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo.....	1543
8.6.	Julgamento.....	1505	13.3.	Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida.....	1544
8.7.	Efeitos da decisão: provimento de uma ADI interventiva.....	1506	13.4.	Sentenças de apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva).....	1544
8.8.	Observações finais sobre a ADI interventiva.....	1506	13.5.	Sentenças de aviso.....	1544
9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	1507	13.6.	Conclusão sobre as Sentenças intermediárias.....	1545
9.1.	Conceito.....	1507	14.	Estado de coisas inconstitucional.....	1546
9.2.	Espécies de ADPF.....	1507	15.	Controle de convencionalidade.....	1552
9.3.	Objeto.....	1509	16.	A teoria dos diálogos institucionais (constitucionais) e a superação (reação) legislativa.....	1554
9.4.	Legitimidade.....	1512	17.	O papel das cortes constitucionais.....	1561
9.5.	Procedimento.....	1512	18.	Sobre a Deliberação nos Tribunais (Cortes) Constitucionais.....	1562
9.6.	Julgamento.....	1517	19.	Jurisdição constitucional fraca e os novos desenhos institucionais: o novo modelo de constitucionalismo da comunidade britânica.....	1566
9.7.	Efeitos da decisão da ADPF.....	1517			
9.8.	Observações finais.....	1518			
10.	Controle Concentrado In Abstrato de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	1520			
11.	Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade.....	1529			
11.1.	Interpretação conforme a Constituição.....	1529			
11.1.1.	Introdução.....	1529			
11.1.2.	Conceito.....	1529			
11.1.3.	Efeitos da interpretação conforme a Constituição.....	1530			
11.1.4.	Observação final.....	1530			
11.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1530			
11.2.1.	Introdução.....	1530			
11.2.2.	Conceito.....	1530			
11.2.3.	Observações finais.....	1531			
11.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	1531			
11.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	1532			
11.5.	Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas (ou sentenças manipulativas).....	1534			
11.5.1.	Conceito.....	1534			
12.	As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade.....	1536			
12.1.	Introdução.....	1536			
12.2.	Sentenças interpretativas.....	1537			
12.2.1.	A interpretação conforme a Constituição.....	1537			
12.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto.....	1538			
12.3.	Sentenças aditivas.....	1539			
12.4.	Sentenças aditivas de princípios.....	1540			
12.5.	Sentenças substitutivas.....	1540			
13.	Sentenças Transitivas.....	1541			
13.1.	Introdução.....	1541			

## DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL

1.	O Conceito de “Ordem”.....	1571
2.	A Ordem Econômica.....	1571
2.1.	A Ordem Econômica e a Constituição Econômica.....	1572
2.2.	A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1572
2.3.	Princípios da Ordem Econômica.....	1579
2.3.1.	Função social da propriedade urbana/rural.....	1581
2.3.2.	Livre concorrência.....	1581
2.3.3.	Defesa do consumidor.....	1583
2.4.	A política urbana.....	1584
2.4.1.	Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	1585
2.5.	A política agrícola e fundiária.....	1586
2.5.1.	Desapropriação para fins de Reforma Agrária.....	1586
2.6.	Do Sistema Financeiro Nacional.....	1587
3.	A Ordem Social.....	1589
3.1.	A seguridade social.....	1589
3.1.1.	Saúde.....	1590
3.2.	A Previdência Social e a sua recente reforma pela Emenda Constitucional nº 103/2019.....	1603
3.2.1.	Aposentadoria voluntária no regime geral de previdência social.....	1604
3.2.2.	Aposentadoria voluntária no regime próprio de previdência social da União.....	1607

3.2.3. Outras formas de aposentadoria .....	1609	afetiva e da Criminalização da Homofobia e Transfobia nos termos da Lei 7.716/89.....	1647
3.2.4. Pensão por morte .....	1611		
3.2.5. Considerações finais .....	1612	3.9. Os Quilombolas .....	1672
3.3. Assistência social .....	1619	3.10. Os índios .....	1675
3.4. A educação, a cultura e o desporto.....	1621		
3.5. A ciência e tecnologia.....	1636	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1687</b>
3.6. A comunicação social.....	1637	<b>ANEXO – Emenda Constitucional nº 95/2016 – Teto dos Gastos Públicos .....</b>	<b>1699</b>
3.7. O meio ambiente.....	1637		
3.8. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso: As decisões da União Estável Homo-			